

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

**O FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E O
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CASA DOS CONSELHOS**

Caminhos para a consolidação das políticas públicas no município de Juiz de Fora – MG.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

**O FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS E O
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CASA DOS CONSELHOS**

Caminhos para a consolidação das políticas públicas no município de Juiz de Fora – MG

Projeto submetido à Secretaria
Especial de Direitos Humanos da
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora.

Juiz de Fora
Dezembro de 2026

Sumário

Sumário	3
1. APRESENTAÇÃO	4
• META I: Desenvolvimento institucional da Casa dos Conselhos.	5
• META II: Fortalecimento dos conselhos municipais de direito.	7
2. PÚBLICO ALVO	9
3. OBJETIVOS	9
3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4. CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO	10
5. METAS, ETAPAS, RESULTADOS ESPERADOS	11
6. METODOLOGIA	22
7. FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS/ CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES DA CASA DOS CONSELHOS	29
8. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES	39
9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO	40

1. APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Trabalho se inscreve no entendimento de que o fortalecimento das políticas públicas perpassa, necessariamente, pelo desenvolvimento dos mecanismos de controle social, devendo esta ser preocupação constante da gestão pública. Neste sentido, serão previstas ações a serem realizadas visando contribuir com o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos e com o desenvolvimento institucional da Casa dos Conselhos.

A recomendação desta proposta se inscreve no contexto das últimas décadas do século XX, no Brasil, marcadas pela afirmação categórica da idéia de participação social no campo da gestão pública, reflexo do avanço da redemocratização do país e da progressiva construção da democracia participativa em detrimento à centralização decisória. Diante deste cenário, a gestão pública passa então a ser pressionada pela sociedade para uma maior abertura nos canais de participação.

A participação democrática da sociedade civil no Brasil é materializada, principalmente, através dos Conselhos de Direitos que, tornaram-se, nas três esferas de governo, espaços importantes no processo de gestão das políticas, passando a garantir, no plano formal, através da paridade e do caráter deliberativo, que o poder público e os segmentos organizados da sociedade dialogassem no processo de definição das prioridades e de investimentos. Tais Conselhos configuram-se então, enquanto arena e instrumento de articulação e debate, possibilitando a participação social no processo de formulação e controle das políticas públicas, ou seja, democratizam o Estado, permitindo inscrever na agenda das esferas governamentais, às demandas advindas dos diferentes setores que compõem a sociedade. Nesse viés, faz-se necessário que a gestão pública, se norteadas pelos princípios da participação social em suas tomadas de decisões, deve necessariamente, estar revestida de iniciativas suficientes para impulsionar o processo de formulação e avaliação coletiva das políticas públicas, visando à garantia da efetividade da democracia participativa.

Diante do exposto, em consonância com a missão da Casa dos Conselhos de “Efetivar o Controle Social e o Fortalecimento das Políticas Públicas através do Suporte Administrativo e Técnico de Qualidade”, o presente Plano de Trabalho objetiva contribuir para o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos e desenvolvimento institucional da Casa dos Conselhos. Na busca pelo alcance dos objetivos aqui apresentados, consolidando ações anteriores e apontamentos percebidos no pré-diagnóstico realizado junto aos Conselhos e trabalhadores em anos anteriores do equipamento, apoiaremos nossas ações em 02 (duas) Metas:

- **META I: Desenvolvimento institucional da Casa dos Conselhos.**

Inaugurada em 2001, a Casa dos Conselhos nasce com a principal finalidade de materializar-se enquanto espaço de articulação e construção coletiva de políticas públicas, além de oferecer condições necessárias ao pleno desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Direitos, ou seja, apoio técnico, administrativo e logístico-operacional, vinculados administrativamente à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura de Juiz de Fora.

São eles:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD;
- Conselho Municipal de Juventude – CMJ;
- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.

No espaço, circulam cerca de 190 (cento e noventa) conselheiros por mês, tendo uma média de 10 (dez) atividades, entre elas, reuniões, plenárias, comissões, seminários e encontros. O espaço, também aberto à diversas realizações da sociedade civil organizada, oferece salas de

reuniões, auditórios para plenárias e espaço para equipe técnica e administrativa.

Verificada a necessidade de desenvolver as potencialidades oferecidas por este importante equipamento em nosso município, ancoraremos nossos esforços nas seguintes etapas:

(I) **Diagnóstico Situacional:** Objetivando planejar para construir viabilidade, o diagnóstico situacional será um meio de pontuar, analisar e interpretar as relações entre os recursos humanos, físicos, materiais e administrativos e as atividades realizadas/serviços prestados, identificando as deficiências, os desequilíbrios e capacidades, visando a elaboração de um programa de reorganização e facilitação da tomada de decisões. Com esta ação, buscaremos identificar problemas; estabelecer prioridades; observar fatores que limitam o desenvolvimento das atividades; estabelecer diretrizes para a definição de ações a serem implementadas; proporcionar aprendizagem; identificar e reorganizar a área física, número de pessoal, horário de trabalho, material e equipamento disponível e, principalmente, tornar clara a realidade da Casa dos Conselhos para todos e, assim, possibilitar que o planejamento compatível com a realidade e a eficácia e eficiência das ações implementadas.

(II) **Consolidação Jurídica e Organizacional:** Este eixo terá como objetivo instituir formalmente a Casa dos Conselhos, além de estabelecer as unidades funcionais, hierarquia e as relações de comunicação para o seu funcionamento. Será também estabelecido um conjunto de regras e diretrizes para seu funcionamento.

(III) **Reestruturação Física:** Considerando que para cumprir efetivamente a função, a administração pública, em seus órgãos e equipamentos, devem possuir os recursos adequados e o capital humano necessário de modo a atuar com eficiência, eficácia e efetividade em prol do desenvolvimento das políticas públicas. Assim, será verificada a necessidade de modificação e adequação do espaço físico da Casa dos Conselhos, objetivando que ele esteja compatível com a atual realidade das demandas apresentadas pelos usuários do equipamento.

(IV) **Gestão Estratégica de pessoas:** Destacamos que contribuir para a formação de trabalhadores que tenham como estratégia de trabalho

concepções participativas e coletivas é importante para potencializar o objetivo maior da Casa dos Conselhos. É importante apontar que os trabalhadores dos setores, quando instrumentalizados e atentos às demandas da realidade, podem estimular a realização de ações que ainda não foram percebidas. De acordo com o “pré-diagnóstico” realizado, foi avaliado que há um gargalo no entendimento das atribuições e funções dos trabalhadores envolvidos, faz-se então necessário que haja maior entendimento sobre os papéis desenvolvidos, o que perpassa a necessidade de formação conceitual e prática. Ao termos profissionais envolvidos e com sentimento de pertencimento ao trabalho que desenvolvem, conseguiremos que se tornem propositores, apontando caminhos que possibilitem o alcance dos objetivos desta proposta.

(V) Acessibilidade e Inclusão: Parte considerável da estrutura física da Casa dos Conselhos possui acessibilidade. Porém, para que nossa realidade garanta na integralidade o direito das pessoas com deficiência, garantindo que todos convivam de forma independente, com segurança e autonomia nos ambientes do equipamento, faz-se necessário o investimento na adequação da estrutura física, além da aquisição de equipamentos de Tecnologia Assistiva.

- **META II: Fortalecimento dos conselhos municipais de direito.**

No decorrer dos anos de 2021-2024 a equipe da Casa dos Conselhos realizou um diagnóstico com o objetivo de conhecer as principais demandas dos Conselhos vinculados a título de cooperação ao equipamento.

Diante os apontamentos dos participantes, entre eles, conselheiros e trabalhadores, foi verificada a indicação constante de necessidade de capacitação dos Conselheiros, além da necessidade de integração e articulação dos Conselhos, logo, das políticas públicas. Diante o exposto, objetivando o fortalecimento dos Conselhos Municipais, propomos as seguintes etapas:

(I) Integração e Articulação dos Conselhos Municipais de Direito: Esta etapa tem como objetivo criar possibilidades de sinergia entre os

Conselhos Municipais de Direitos ao proporcionar um espaço de debate, articulação e integração dos Conselhos Municipais de Direitos, visando uma concepção e implementação holística e integrada das políticas públicas municipais. Para tanto, fruto de reivindicações históricas dos Conselhos Municipais do município, será instituído o Fórum dos Conselhos.

(II) **Formação de Conselheiro:** Os Conselhos de Direitos acumulam as mais variadas pautas na busca por experiências que favoreçam o desempenho de suas atribuições. Importante e constante reivindicação dos Conselhos de Direitos, as iniciativas de capacitação possibilitam que os Conselheiros se familiarizem com temas e questões centrais relativas ao sistema político brasileiro e ao processo de formulação, implantação e fiscalização das políticas, além de promover a reflexão e o debate em torno de problemas e questões salientes aos Conselhos. Ações como aqui estão propostas, potencializam o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais para o exercício de suas funções, devendo ter como referência a superação dos limites dessas instâncias enquanto mera legitimadora do poder público, tornando-os mais aptos a atuar de forma efetiva e articulada na defesa de seus direitos. Neste aspecto, é importante destacar que a capacitação dos Conselheiros Municipais de Direitos deve estar voltada para a socialização de informações e conhecimentos, buscando a efetividade do controle social.

Vale ressaltar que processos de valorização dos Conselhos Municipais encontram estímulo e amparo na atual gestão, que tem o compromisso de ampliar e fortalecer a participação social na formulação, avaliação e fiscalização das Políticas Públicas. Neste entendimento, tem-se então, como foco central, o conselheiro municipal detentor de mandato representativo, seja da sociedade civil, seja da instância governamental. Vale ressaltar que é crucial o desenvolvimento de tais processos, por meio de programas e projetos continuados, protagonizados pelos Conselhos, uma vez que garante a atualização de demandas de informações sobre questões colocadas como temas da agenda política nacional, estadual e municipal.

Vale ressaltar, que a proposta aqui inscrita envolve desde sua propositura e indicações de ações, a contribuição de diferentes atores que

compõem a realidade na qual ela será inserida: trabalhadores da Casa dos Conselhos (coordenação, assessores, auxiliares administrativos e secretários executivos) e, principalmente, Conselheiros Municipais de Direitos, pertencentes aos Conselhos que compõem a Casa dos Conselhos, objetivando assim, com a coerência da proposta aqui apresentada com a realidade, desenvolver o sentimento de pertencimento dos envolvidos neste projeto.

Diante o exposto, reforçamos, por fim, a importância deste Projeto para contribuição com a efetivação do fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos, logo, com o aprimoramento da Democracia Participativa, além de buscar a efetivação da Casa dos Conselhos enquanto espaço de articulação e construção coletiva dos Conselhos em nosso município.

2. PÚBLICO ALVO

O público alvo do projeto consiste em funcionários da Casa dos Conselhos e os conselheiros que atuam em 05 (cinco) Conselhos Municipais de Juiz de Fora – MG.

3. OBJETIVOS

Contribuir para o desenvolvimento das políticas públicas do município de Juiz de Fora através do Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Direitos e do desenvolvimento Institucional da Casa dos Conselhos, enquanto arena de articulação, debate e construção coletiva de propostas para o município.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

(I) Conhecer a dinâmica do funcionamento, as potencialidades e dificuldades vivenciadas na Casa dos Conselhos através do olhar dos trabalhadores do equipamento e dos conselheiros municipais;

(II) Consolidar a Casa dos Conselhos no âmbito jurídico e organizacional;

(III) Proporcionar um local com estrutura física apropriada, acessível, com equipamentos adequados e bens de consumo necessários ao pleno desenvolvimento das atividades dos Conselhos Municipais de Direitos;

(IV) Desenvolver as potencialidades dos servidores da Casa dos Conselhos para que assim possam empenhar as funções necessárias e adequadas às necessidades dos Conselhos Municipais de Diretos;

(V) Proporcionar espaço de integração e articulação dos Conselhos Municipais, fortalecendo assim, a intersectorialidade das políticas públicas do município;

(VI) Desenvolver o conhecimento e com ele, as competências e habilidades fundamentais para o exercício das funções dos Conselheiros através da realização de capacitação/formação de Conselheiros.

4. CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

Referente à capacidade técnica e gerencial para a execução do projeto em questão devemos destacar:

(A) Estrutura Física: O projeto será executado na “Casa dos Conselhos” (Secretaria Especial de Direitos Humanos – Prefeitura de Juiz de Fora), que possui espaço adequado para tal. Destacamos que os espaços onde serão ministrados os cursos possuem ampla acessibilidade: elevador, banheiro adaptado, auditório acessível.

(B) Recursos humanos: Para auxiliar na execução do Projeto, utilizaremos pratas da casa, ou seja, servidores que compõem o quadro de pessoal da Prefeitura de Juiz de Fora, alocados na Secretaria Especial de Direitos Humanos – Casa dos Conselhos. Destacamos: a coordenação, secretários executivos, assessores administrativos, serviços gerais e equipe técnica. Em relação à proposta de capacitação/formação, destacamos a participação da Gerência de Formação da SEDH, de parcerias nos 3 níveis

de governo (universidades públicas e privadas) e de diferentes trabalhadores da Prefeitura, pertencentes às mais variadas Secretarias e departamentos, sendo realizada a escolha destes profissionais, considerando sua expertise e atuação frente às temáticas propostas.

5. METAS, ETAPAS, RESULTADOS ESPERADOS

A fim de cumprir os objetivos levantados acima, as atividades serão divididas nas seguintes metas:

META I		
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CASA DOS CONSELHOS		
ETAPA	AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
Etapa I Diagnóstico Administrativo e Situacional	Ação I – Análise Documental (Deliberações das Conferências Municipais, atas das plenárias, registros dos encontros, reuniões e outras atividades e iniciativas envolvendo os Conselhos e a Casa dos Conselhos.)	Apropriação do movimento histórico perpassado pelos Conselhos de Direitos e pela Casa dos Conselhos.
	Ação II – Entrevista Semiestruturada com os trabalhadores pertencentes à equipe da Casa dos Conselhos (secretários executivos, auxiliares executivos e equipe de apoio)	Informações sobre as potencialidades e dificuldades vivenciadas no ambiente de trabalho da Casa dos Conselhos.



	Ação III – Entrevista Semi Estruturada com os Conselheiros que integram os Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Especial de Direitos Humanos e que utilizam o espaço da Casa dos Conselhos	Informações sobre as potencialidades e dificuldades vivenciadas pelos Conselheiros, sendo elas relacionadas às dinâmicas inerentes aos Conselhos, como também, à Casa dos Conselhos.
	Ação IV – Sistematização das Informações	Informações sistematizadas para que sejam analisadas.
	Ação V – Análise das informações	Avaliação sistemática realizada – descrição, causas, consequências, e possibilidades de encaminhamentos.
	Ação VI – Socialização do Diagnóstico com os atores envolvidos e com representantes estratégicos do poder público.	Diagnóstico socializado com os atores envolvidos e com representantes estratégicos do poder público.
Etapas II Consolidação Jurídica e Organizacional da Casa dos Conselhos	Ação I – Estruturação da Casa dos Conselhos – alteração da Lei.	Casa dos Conselhos compondo efetivamente o organograma da Secretaria Especial de Direitos Humanos.
	Ação II – Elaboração de Organograma	
	Ação III – Elaboração de Regimento Interno	Atribuições e regras estabelecidas para o funcionamento da Casa dos Conselhos.



	Ação IV – Elaboração de Código de Ética e Disciplina	Princípios e valores da Casa dos Conselhos formulados a serem praticados pelos trabalhadores e Conselheiros.
	Ação V – Implementar fluxo, contendo as etapas técnicas administrativas e operacionais para a realização das conferências municipais.	Assegurar a continuidade e qualificação dos processos de trabalho
	Ação VI – Implementar fluxo, contendo as etapas técnicas administrativas e operacionais para o processo de escolha dos representantes da sociedade civil.	Assegurar a continuidade e qualificação dos processos de trabalho
Etapa III Reestruturação física da Casa dos Conselhos.	Ação I – Reestruturação do layout da Casa dos Conselhos	Espaço físico adequado às necessidades dos Conselhos e Conselheiros.
Etapa IV Gestão Estratégica de Pessoas	Ação I – Desenvolvimento das Competências de cada função.	Competências de cada função definida.
	Ação II – Identificação da equipe	Identificação dos trabalhadores com as potencialidades determinadas para assumirem
	Ação III – Capacitação dos trabalhadores	Desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais



		para o exercício de suas funções
	Ação V – Supervisão bimestral de desempenho dos trabalhadores.	
Etapa V Acessibilidade e Inclusão	Ação I – Adequação da Estrutura Física da Casa dos Conselhos.	
	Ação II – Aquisição de tecnologia assistiva.	
META II		
FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIREITOS		
ETAPA	AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
Etapa I Integração e articulação dos Conselhos	Ação I – Consolidação do Fórum dos Conselhos	Conselhos articulados e propondo ações coletivas.
	Ação II – Reunião com Coordenação da Casa dos Conselhos.	Demandas, sugestões e encaminhamentos socializados com representantes da Casa dos Conselhos.
	Ação III – Reunião com Gerência e subsecretaria Especial de Direitos Humanos.	Demandas, sugestões e encaminhamentos socializados com representantes dos Conselhos.
	Ação IV – Comunicação Interna e divulgação externa	Plano de Comunicação desenvolvido visando dar maior visibilidade e transparência às ações dos Conselhos Municipais de Direitos.



	Ação V – Proposta de metodologia para revisão das leis de criação dos conselhos, fundos, regimentos internos, e as normatizações específicas	
	Ação VI - Implementar audiência ampliada entre os conselhos Inter setoriais e temáticas específicas	
	Ação VII - Implementar metodologia de estudos, acerca de critérios de avaliação de inscrição e/ou registros de entidades, programas e projetos	
	Ação VIII - Implementar desenho de fluxo das peças orçamentárias: PPA- LDO- LOA e acompanhamento do fundo	
	Ação IX - Implementar projeto de Seminário de gestão para os conselhos	
	Ação X - Implementar reuniões e lives temáticas intersetoriais, e descentralizadas entre as três esferas de governo	

Etapa II Capacitação	Ação I – Capacitação dos Conselheiros.	Possibilitar a integração dos Conselheiros com temas e questões centrais relativas ao sistema político brasileiro e ao processo de formulação, implantação e fiscalização das políticas, além de promover a reflexão e o debate em torno de problemas e questões salientes aos Conselhos.
	Ação II – Promover capacitação das entidades da rede socioassistencial / Chamamentos públicos	



	Capacitação de equipe e afins.	
Etapa III Comunicação	Ação I – Promover campanhas informativas sobre a importância e papel dos conselhos, enquanto instâncias de controle social	
	Ação II – Propor uma nova identidade visual padronizado com os logos da PJF/SEDH e CDC para as apresentações de ®PowerPoint das plenárias e comissões.	Melhorar a acessibilidade e o efeito visual da apresentação de slides, atendendo a todos os públicos, sem perda de produtividade



	Ação III - Propor novo layout para a página existente no site da PJF.	Melhorar a acessibilidade e o efeito visual da página destinada ao CDC no site da PJF, para que todos os públicos, sem perda de produtividade
	Ação IV - Estudo para a criação de site próprio para a Casa dos Conselhos e Conselhos Municipais que são registrados no CDC.	Criar uma página própria, com administração do CDC e seus conselhos.
	Ação V - Acompanhamento e monitoramento das redes sociais dos conselhos vinculados à SEDH	Assegurar as formas de mídias sociais dos conselhos registrados, para manter atualizado as informações de acesso público, na página da prefeitura, como atas, reuniões, comunicados e outros



	Ação VI - Consultar os sites e as redes sociais da esfera nacional e estadual, visando formular consultas e pesquisas para os conselhos de direito.	Assegurar as formas de mídias sociais dos conselhos das esferas nacionais e estaduais, atualizados, implementando adequações às legislações e normativas dos conselhos
META III IMPLEMENTAR A SISTEMATIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS CONSELHOS		
ETAPA	AÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
	Implementar banco de dados virtual, para cadastro de conselheiros, equipe CDC, entidades e público afim.	Sistematizar dados pessoais, de modo responder às demandas de outros órgãos e instâncias públicas e privadas
	Implementar banco de dados para armazenar documentação em geral e formulários como reuniões plenárias, mesa diretora, atas e outros.	Sistematizar os formulários instrumentais utilizados pelos conselhos, como atas, pautas, lista de presença, e quórum das reuniões
	Implementar banco de dados de informação, contendo as orientações metodológicas, diretrizes, normativas, e os anexos	



	específicos referente ao processo de escolha da sociedade civil e das conferências dos conselhos de direitos.	
	Implementar cadastro de prontuário da equipe CDC, e de conselheiros.	Visando melhorar a localização de dados como: contatos, medidas de emergências, e outros de todos que de alguma forma têm acesso ao espaço da Casa dos Conselhos, ganhando tempo para realização de eventos necessários.
	Criar ferramenta para cadastrar as entidades.	Otimizar as tomadas de decisões das demandas das entidades da redes
	Monitoramento de atualização de dados na página de cada conselho no site da PJF.	Visando manter atualizado os dados para transparência e livre acesso do público alvo.
	Fazer um quadro analítico de regimentos e leis das 3 esferas.	
	Acompanhar as publicações e 1Doc® da Casa dos Conselhos.	Manter atualizado os assuntos referentes à tramitação de documentos pela Plataforma 1Doc®, agilizando nas respostas e resoluções de assunto de



		interesse da Casa dos Conselhos
	Implantação de banco de Planos municipais para o monitoramento de implementação das políticas públicas	
	Implantação de banco para o monitoramento de deliberações das conferências/plenárias dos conselhos	

6. METODOLOGIA

META I	
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CASA DOS CONSELHOS	
Etapa I	
Diagnóstico Administrativo e Situacional	
AÇÃO	ESTRATÉGIA
Análise Documental (Deliberações das Conferências Municipais, atas das plenárias, registros dos encontros, reuniões e outras atividades e iniciativas envolvendo os Conselhos e a	Em atendimento ao objetivo específico i (cf. item 4.1 deste projeto), visando apropriar do movimento histórico perpassado pelos Conselhos de Direitos e pela Casa dos Conselhos. Inicialmente, será realizado levantamento dos documentos pertinentes aos Conselhos Municipais pertencentes à Secretaria Especial de Direitos Humanos, (Deliberações das Conferências Municipais, atas das plenárias, registros dos encontros, reuniões e outras atividades e iniciativas envolvendo os Conselhos e a Casa dos Conselhos.)

Casa dos Conselhos.)	
Entrevista Semi-estruturada com os trabalhadores pertencentes à equipe da Casa dos Conselhos (assistentes executivos, auxiliares executivos e equipe de apoio)	Em atendimento ao objetivo específico i (cf. item 4.1 deste projeto), as entrevistas serão realizadas com os) funcionários da Casa dos Conselhos, com o objetivo de identificar as potencialidades e dificuldades vivenciadas na dinâmica da organização segundo a concepção dos servidores que vivenciam a dinâmica da Casa no seu dia-a-dia. Para tanto, serão aplicados questionários semi-estruturados, através de metodologia específica, buscando assim, tais apontamentos. Ressalta-se que as entrevistas deverão conter os seguintes eixos investigativos: Assessoramento dos Conselhos; Gestão da informação interna e externa; Condições objetivas de trabalho; Gestão da Casa dos Conselhos; Articulação entre Conselhos Municipais. Vale ressaltar que o questionário será adequado de acordo com as diferentes funções desempenhadas por servidor, buscando assim, apontamentos gerais, mas também específicas de cada frente de trabalho.
Entrevista Semi-Estruturada com os Conselheiros que integram os Conselhos Municipais vinculados à Secretaria de Governo e que utilizam o espaço da Casa dos Conselhos (Conselho	Em atendimento ao objetivo específico i (cf. item 3.1 deste projeto), as entrevistas serão realizadas com 03 (três) representantes (presidente, representante governamental e representante não governamental) de cada Conselho Municipal que compõem a Casa dos Conselhos, com o objetivo de identificar as potencialidades e dificuldades vivenciadas nos Conselhos Municipais relacionados à Casa dos Conselhos. Para tanto, serão aplicados questionários semi-estruturados, através de metodologia específica, buscando assim, tais apontamentos. Ressalta-se que tais entrevistas deverão conter os seguintes eixos investigativos: Assessoramento dos Conselhos; Gestão da informação interna e externa; Condições objetivas



Municipal de Assistência Social)	de trabalho; Gestão da Casa dos Conselhos; Articulação entre Conselhos Municipais.
Sistematização das Informações	Em atendimento ao objetivo específico i (cf. item 3.1 deste projeto), a sistematização das informações será realizada através de metodologia específica. Buscar-se-á elencar as informações de acordo com suas especificações objetivando assim, ter maior clareza na percepção dos resultados por eixo de discussão
Análise das informações	Em atendimento ao objetivo específico i (cf. item 3.1 deste projeto), o diagnóstico será concluído após a sistematização das informações e análise das mesmas. Vale ressaltar que para cada apontamento negativo deverá ser apontadas ações para solucioná-lo, e para os apontamentos positivos, ações para potencializá-los.
Socialização do Diagnóstico com os atores envolvidos e com representantes estratégicos do poder público.	Em atendimento ao objetivo específico i (cf. item 3.1 deste projeto), será realizada a apresentação do diagnóstico para os atores envolvidos no processo (funcionários e conselheiros) através de reuniões internas e plenários dos Conselhos.
Etapa II	
Consolidação Jurídica e Organizacional da Casa dos Conselhos	
AÇÃO	ESTRATÉGIA
Estruturação da Casa dos Conselhos – alteração da Lei 10.000	Em atendimento ao objetivo específico i (cf. item 4.1 deste projeto), será proposta a alteração da Lei 10.000 para que a Casa dos Conselhos passe a compor o quadro organizacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos
Elaboração de Organograma	Em atendimento ao objetivo específico ii (cf. item 4.1 deste projeto), a elaboração do Organograma será realizada pela equipe técnica da

	Casa dos Conselhos, de acordo com a organização das competências dos servidores.
Elaboração de Regimento Interno	Em atendimento ao objetivo específico ii (cf. item 4.1 deste projeto), a elaboração do Regimento Interno deverá ser feita de forma coletiva, com a participação ampla dos Funcionários da Casa dos Conselhos e representantes dos Conselhos Municipais vinculados à Casa dos Conselhos através de metodologia específica.
Elaboração de Código de Ética e Disciplina	Em atendimento ao objetivo específico ii (cf. item 4.1 deste projeto), a elaboração do Código de Ética será realizada através dos apontamentos do Diagnóstico. De forma coletiva, com a participação ampla dos Funcionários da Casa dos Conselhos e representantes dos Conselhos Municipais vinculados à Casa dos Conselhos, através de metodologia específica.
Implementar desenho/Fluxo para ações de secretários executivos, técnicos, administrativos e comissões e plenárias	
Etapa III	
Reestrutura física da Casa dos Conselhos	
AÇÃO	ESTRATÉGIA
Reestruturação do layout da Casa dos Conselhos	Ficará sob responsabilidade do CMDPD, onde irá apontar as necessidades de adequação através da CPA – Comissão Permanente de Acessibilidade. O Layout da Casa dos Conselhos será inicialmente avaliado para posteriormente, caso seja verificada



	necessidade, adequar às suas necessidades específicas, devendo atender espaços de reuniões plenárias e estações de trabalho. Para tanto deverá ser consultado Funcionários da Casa dos Conselhos e representantes dos conselhos Casa dos Conselhos – técnicos / SEDH
Organização de bens de capital e materiais de consumo	A organização dos bens de consumo deverá ocorrer de acordo com as necessidades específicas de cada setor. A organização dos materiais de consumo deverá ocorrer de acordo com as necessidades específicas de cada setor. Deverá ser realizado levantamento semestral dos materiais necessários para ser entregue à Secretaria Especial de Direitos Humanos.
Etapa IV Gestão Estratégica de Pessoas	
AÇÃO	ESTRATÉGIA
Desenvolvimento das Competências de cada função.	As competências dos funcionários deverão ser mapeadas através de trabalho da equipe técnica, ao avaliar o perfil de cada servidor, podendo assim, destacar a potencialidade de cada um e destiná-lo às funções mais adequadas.
Identificação da equipe	A equipe deverá ser identificada, e avaliada, dentro das possibilidades da Casa, a função mais adequada para cada trabalhador.
Avaliação trimestral de desempenho dos trabalhadores	A avaliação dos funcionários será realizada trimestralmente pela coordenação da Casa dos Conselhos e, se necessário, outra chefia imediata, através de questionário pré-elaborado.
Avaliação de desempenho dos trabalhos	A avaliação Geral será realizada por todos os funcionários da Casa (inclusive pela coordenação), através de questionário pré-elaborado que aborde

realizado pelos trabalhadores	questões relacionadas à organização, gestão e equipe de trabalho.
Etapa V Acessibilidade e Inclusão	
AÇÃO	ESTRATÉGIA
Adequação da Estrutura Física da Casa dos Conselhos.	
Aquisição de tecnologia assistiva.	
META II FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIREITOS	
Etapa I Integração e articulação dos Conselhos	
AÇÃO	ESTRATÉGIA
Fóruns temáticos	A realização de fóruns temáticos ocorrerá a cada semestre tendo diferentes temas para debate. Será um momento de articulação dos Conselhos e das Políticas Públicas Municipais.
Consolidação do Fórum dos Conselhos	
Reunião com Coordenação da Casa dos Conselhos.	As reuniões com representantes dos Conselhos e a Coordenação da Casa dos Conselhos ocorrerão trimestralmente na Casa dos Conselhos.

Reunião com Secretário Especial de Direitos Humanos.	As reuniões com o Secretário Especial de Direitos Humanos ocorrerão a cada trimestre, tendo como objetivo criar um momento que possibilite os Conselhos levarem suas propostas para o poder executivo.
Comunicação Interna e divulgação externa	A assessoria de imprensa irá realizar reuniões mensais com cada Conselhos para receber a demanda destes relacionadas às suas comunicações / divulgação dos Conselhos, além de acompanhar Plenárias, quando solicitado, para divulgar as deliberações destas. Jornal???
Etapa II Capacitação	
AÇÃO	ESTRATÉGIA
Capacitação dos Conselheiros.	A capacitação dos Conselheiros ocorrerá através de metodologia específica. (cf. item 08)
Capacitação para trabalhadores da Casa dos Conselhos.	A capacitação dos trabalhadores ocorrerá através de metodologia específica. (cf. item 08)

7. FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS/ CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES DA CASA DOS CONSELHOS

FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS

O processo de Capacitação e Formação de Conselheiros se guiará por uma metodologia dinâmica e participativa que considera a valoriza o conhecimento de seus integrantes, quer se trate do saber teórico ou do conhecimento oriundo da experiência de vida, considerando-o peça importante para o processo de construção coletiva do conhecimento. Para atender esses princípios a programação temática, em suas linhas gerais, se articulará à realidade dos Conselhos Municipal de Direitos vinculados à

Secretaria Especial de Direitos Humanos, são eles: Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI), Conselho Municipal de Juventude (CMJ).

A proposta será realizada através da Gerência de Formação/SEDH – DEFPDH que tem por competência a execução de programas de capacitação, treinamento e qualificação de servidores e agentes públicos, tendo como alguns de seus objetivos, a formação dos servidores como agentes de mudança da cultura organizacional do serviço público;

A discussão permanente das políticas pública e o apoio às iniciativas de capacitação de outras esferas de governo;

A formação compreende em duas fases, sendo a primeira chamada “Módulos Ampliados”, destinada à discussões comuns a todos os Conselhos e a segunda “Módulos Específicos”, onde serão discutidas questões singulares às políticas de cada Conselho. Serão 05 módulos introdutórios que somam 40h de curso. Sendo eles:

(i) A política econômica e as políticas sociais no Brasil; Carga horária: 8h/a

(ii) Democracia, Cidadania e Sujeitos Sociais: a Democracia Participativa e inovações democráticas no Brasil pós 1988; Carga horária: 8h/a

(iii) Conselhos Municipais de Direitos – configuração, desafios e possibilidades; Carga horária: 6h/a

(iv) Financiamento – Instrumentos de gestão. Carga horária: 8h/a

(vi) Captação de Recursos - Elaboração de Projetos e SICONV. Carga horária: 10h/a Serão definidas vagas para os módulos introdutórios, sendo inicialmente destinadas vagas para cada Conselho e vagas para trabalhadores da Secretaria Especial de Direitos Humanos que tenham alguma participação junto aos Conselhos de Direitos e trabalhadores da Casa dos Conselhos .

Posteriormente, serão realizados módulos específicos, com carga horária de 12h/a, relacionados às políticas de cada Conselho, ou seja;

- O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Criança e do Adolescente;
- O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Juventude;
- O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Mulher;
- O cenário nacional, estadual e municipal da Política do Idoso;
- O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Pessoa com Deficiência;
- O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Igualdade Racial;
- O cenário nacional, estadual e municipal da Política Integrada Sobre Drogas.

Finalizando, será realizada uma oficina para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual de cada Conselho.

Esses módulos, realizados em plenárias extraordinárias, serão destinados aos componentes dos Conselhos, sendo o número de vagas correspondente ao número de cadeiras (titularidade e suplência) de cada Conselho envolvido. Ao final da capacitação será emitido certificado de participação para aqueles que participarem de, no mínimo, 70% dos encontros.

Os módulos serão realizados na Casa dos Conselhos, localizado à Rua Halfeld, nº 450, 7º andar – Juiz de Fora (MG), exceto parte do módulo Captação de Recursos - Elaboração de Projetos e SICONV.

DETALHAMENTO FASE I MÓDULOS AMPLIADOS			
TEMA	CONTEÚDO	OBJETIVO	INSTRUTOR
A política econômica e as políticas de Direitos Humanos.	O módulo apresentará a discussão que permeia a política de Direitos Humanos contemporâneo e	Apreender a relação da Política de Direitos Humanos com o surgimento da questão social	

	as expressões da questão social e política de Direitos Humanos.	no século XIX, até os dias atuais.	
Democracia, Cidadania e Sujeitos Sociais: a Democracia Participativa e inovações democráticas no Brasil pós 1988	O módulo apresenta as inovações institucionais que vem permitindo maior participação e envolvimento direto dos cidadãos e grupos organizados no processo político no Brasil recente	O objetivo é discutir as potencialidades dessas experiências para a democratização do processo de formulação de políticas públicas e para a maior fiscalização e controle sobre os agentes e instituições públicas, bem como seus obstáculos e limites.	
Conselhos Municipais de Direitos – configuração, desafios e possibilidades	O módulo apresenta o histórico da formação dos Conselhos, bem como suas finalidades e competências.	O objetivo é capacitar os conselheiros quanto as finalidades e competências dos Conselhos Municipais de Direitos.	
Financiamento – Instrumentos de gestão	O módulo irá abordar o Plano Diretor, instrumento básico de planejamento urbano e de	Familiarizar os Conselheiros com os instrumentos de gestão e planejamento utilizados na	

	gestão das cidades, com foco em seus antecedentes legais, na metodologia de elaboração e nos aspectos técnicos e políticos envolvidos; o Plano Pluri Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde será tratado seus antecedentes legais, instrumentos, objetivos, estrutura, metodologia de elaboração e avaliação; a Lei Orçamentária Anual com ênfase nos princípios constitucionais e legais e a metodologia de elaboração da Lei. Familiarizar os Conselheiros com os instrumentos de gestão e planejamento utilizados na administração pública tornando	administração pública tornando-os mais aptos a intervir e a monitorar o processo de formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas	
Captação de Recursos -	Dividido em uma parte teórica e	Dividido em uma parte teórica e	



Elaboração de Projetos e SICONV	uma parte prática, este modulo irá abordar os diferentes itens e etapas de um projeto e as alternativas e estratégias para a captação de recursos. O módulo tem como objetivo permitir o desenvolvimento de habilidades para a elaboração de projetos e a captação de recursos. Pretende demonstrar passo a passo todo o processo de credenciamento, cadastramento, elaboração e inserção do projeto, execução e prestação de contas, abordando os principais módulos do SICONV.	uma parte prática, este modulo irá abordar os diferentes itens e etapas de um projeto e as alternativas e estratégias para a captação de recursos. O módulo tem como objetivo permitir o desenvolvimento de habilidades para a elaboração de projetos e a captação de recursos. Capacitar os envolvidos no curso a atuar na gestão de convênios com órgãos públicos federais, por meio do portal SICONV, possibilitando a sua compreensão e utilização.	
---------------------------------	--	---	--

DETALHAMENTO FASE II MÓDULOS ESPECÍFICOS			
TEMA	CONTEÚDO	OBJETIVO	INSTRUTOR



O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Criança e do Adolescente;			
O cenário nacional, estadual e municipal da Política Integrada Sobre Drogas			
O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Juventude;			
O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Mulher			
O cenário nacional, estadual e municipal da Política do Idoso;			
O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Pessoa com Deficiência;			
O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Igualdade Racial;			
O cenário nacional, estadual e municipal da Política da Criança e do Adolescente;			
O cenário nacional, estadual e municipal da Política Integrada Sobre Drogas			
O cenário nacional, estadual e municipal			



da Política da Juventude;			
---------------------------	--	--	--

Os módulos específicos serão realizados em plenárias extraordinárias dos Conselhos envolvidos.

Observação: A data e horário das atividades serão discutidas e determinadas em plenária do Conselho, atendendo as reais necessidades e possibilidades dos Conselheiros, para que estes possam participar de forma satisfatória das atividades que serão desenvolvidas.

CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES

Em uma realidade que requer cada vez mais das pessoas, novas abordagens profissionais, exigindo novas competências. A capacitação dos servidores públicos têm adquirido atualmente grande importância. A ação aqui detalhada visa capacitar e assessorar os profissionais que atuam na Casa dos Conselhos e que lidam diretamente com os conselhos setoriais vinculados a Casa dos Conselhos para que possam executar com mais eficiência e eficácia suas atividades, desenvolvendo assim competências essenciais para o bom funcionamento da Casa dos Conselhos.

Para tanto, teremos como objetivos específicos

- Desenvolver e/ou fortalecer conhecimentos, competências e capacidade de atuação dos profissionais administrativos;
- Propiciar o desenvolvimento de competências para aperfeiçoar a estrutura administrativa da Casa dos Conselhos para que estas possam identificar os pontos passíveis de melhoria;
- Desenvolver as práticas de gestão na Casa dos Conselhos, possibilitando que a mesmas tenham uma maior sustentabilidade e uma maior qualidade dos serviços prestados;
- Capacitar os profissionais na utilização de ferramentas que aperfeiçoem suas atividades diárias;



- Oferecer subsídios teóricos que possibilitem o aprimoramento dos serviços prestados, através da medição e avaliação de resultados;
- Fortalecer a relação das pessoas que trabalham na Casa dos Conselhos com suas principais partes interessadas;
- Conscientizar os técnicos e profissionais administrativos da importância e o impacto que seus trabalhos têm na qualidade dos serviços prestados pela Casa dos Conselhos
- Conscientizar os profissionais administrativos sobre o impacto de seus desempenhos e sobre a necessidade do comprometimento com a eficácia e eficiência no desenvolvimento dos trabalhos
- Melhorar os resultados do trabalho da Casa dos Conselhos, através do incremento do atendimento oferecido ao público.

Para tanto, serão desenvolvidos os seguintes módulos:

(I) Conselhos Municipais de Direitos – configuração, desafios e possibilidades: Carga horária: 8h/a

(II) Relacionamento Interpessoal e Gestão de Conflitos; Carga horária: 3h/a

(III) Análise Estratégica; Carga horária: 3h/a

(IV) Motivação pessoal: Carga horária: 3h/a

(V) Ética no Serviço Público; Carga horária: 3h/a

(VI) Elaboração de Documentos Oficiais: Carga horária: 12h/a

TOTAL DE CARGA HORÁRIA: 32h/a

DETALHAMENTO FASE II MÓDULOS ESPECÍFICOS			
TEMA	CONTEÚDO	OBJETIVO	INSTRUTOR
Conselhos Municipais de Direitos – configuração, desafios e possibilidades	O módulo apresenta o histórico da formação dos Conselhos, bem como suas finalidades e competências.	O objetivo é capacitar os conselheiros quanto às finalidades e competências dos Conselhos Municipais de Direitos.	



Relacionamento Interpessoal e Gestão de Conflitos	Relacionamento interpessoal no trabalho; As percepções, o preconceito e a comunicação não verbal; Postura pessoal que facilitam os nossos relacionamentos e o trabalho de equipe Técnicas para transformar um grupo de pessoas em equipe; O conceito e tipos de conflitos interpessoais; Táticas para identificar e lidar com conflitos;	Capacitar os gestores a perceberem como atuam em equipe, trabalhando a auto percepção e a percepção do grupo com relação ao desempenho individual e grupal nas atividades profissionais Instrumentalizar os participantes com técnicas e táticas para minimizar e ou lidar melhor com conflitos pessoais e interpessoais. Agregar valor aos relacionamentos interpessoais melhorando a comunicação entre os profissionais, construindo relações mais verdadeiras com resultados efetivos para a Organização.	
Análise Estratégica	Análise SWOT: Forças	Entender a posição	



	(Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).	estratégica da organização através da identificação do panorama das influências chave no presente e futuro da organização, bem como equacionar as oportunidades proporcionadas pelo ambiente e entender as competências da organização.	
Motivação pessoal	Teoria da Expectativa - diagnóstico dos componentes da motivação, no qual proporciona uma base racional sobre como avaliar o esforço investido pela pessoa	Despertar a visão crítica das pessoas acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais, com vistas à melhoria dos serviços prestados e ao cumprimento de seus compromissos sociais.	
Ética no Serviço Público	Elementos éticos fundamentais ao bom desempenho do serviço público.	Refletir e estabelecer práticas norteadas por princípios éticos, objetivando o	

		bom funcionamento da Casa dos Conselhos.	
Elaboração de Documentos Oficiais.	- Práticas de Redação Oficial: Ofícios, memorandos, despachos, mensagens, avisos, relatórios, email; - Princípios norteadores da produção textual	Capacitar os servidores para a produção de textos de acordo com as normas da Redação Oficial.	

Conforme apresentado, a presente proposta irá capacitar 190 (cento e noventa) Conselheiros e 17 (desessete) trabalhadores, totalizando 207 (duzentos e sete) participantes, com a realização de 284 h/a.

8. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES

As ações detalhadas no item 3.1 desse projeto serão realizadas na Casa dos Conselhos. A Casa dos Conselhos encontra-se situada em área central da cidade de Juiz de Fora, com facilidade de acesso e acessibilidade. Trata-se de um espaço amplo com dois auditórios, local adequado para equipe que atua junto aos Conselhos, salas de reuniões e banheiro adaptado. Os equipamentos adquiridos serão instalados na Casa dos Conselhos (Rua Halfeld, nº 450, Centro, Juiz de Fora – MG), tendo como responsável pela guarda dos equipamentos a Sra. Valeria Martins (Coordenadora da Casa dos Conselhos).

Endereço: Rua Halfeld, nº450, 7º andar – Centro Município: Juiz de Fora Estado: Minas Gerais Telefone: (32)3690-7352 Responsável pela guarda dos materiais: Valeria Martins.

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O presente projeto será acompanhado e avaliado através dos principais atores: (I) Conselhos Municipais de Direitos; (II) Secretário Especial de Direitos Humanos/Assessorias; (III) Equipe da Casas do Conselho – Coordenadora, técnico e Secretários(a) Executivos(a) dos Conselhos. Para tanto, serão traçadas duas estratégias de avaliação. A primeira delas, trata-se de avaliação permanente que terá como objetivo acompanhar os trabalhos em períodos curtos, a tempo de propor soluções alternativas aos problemas que irão surgir no decorrer do Projeto. O segundo momento de avaliação será realizado periodicamente, na conclusão de determinadas fases, buscando os resultados parciais do projeto. Para tanto, serão realizadas reuniões periódicas durante todo o processo de desenvolvimento do Projeto (Metas e Etapas), com os três atores envolvidos com o objetivo de avaliar todo o processo, de forma holística, buscando assim, potencializar o trajeto a ser percorrido, além de socializar avaliações realizadas na Etapa I.

Por último, será realizada a avaliação final do projeto após a conclusão das etapas. Neste momento, buscaremos avaliar todo o percurso do projeto de modo a perceber os resultados de longo prazo, as dificuldades e potencialidades de todo o processo, de modo a sustentar futuras ações.